

## **A Introdução de uma Inovação Social entre Agricultores Familiares: O Turismo Rural em Dois Roteiros do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**

**Marcelino de Souza, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil, (e-mail: marcelino.souza@uol.com.br) e Ivo Elesbão, Professor Adjunto da Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta –RS, Brasil; e-mail: ivoelesbao@yahoo.com.br**



**Colóquio Ibérico de Estudos Rurais  
Cultura, Inovação e Território**

**Coloquio Ibérico de Estudios Rurales  
Cultura, Innovación y Territorio**

**Coimbra, Portugal**

**Outubro / Octubre 23-25, 2008**

**Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território**

## **Resumo**

*Este trabalho descreve e analisa o processo de introdução do turismo rural entre agricultores familiares do município de Bento Gonçalves e da Zona Sul do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil. A pesquisa utiliza informações oriundas de fontes diversas: entrevistas com técnicos, agentes externos e agricultores, informações de documentos e da internet. No município de Bento Gonçalves o turismo rural foi introduzido através da atuação de um hoteleiro de êxito e de um arquiteto que desejavam ajudar os membros da comunidade a superar os problemas da agricultura e a encontrar uma nova alternativa de renda. No caso da introdução do turismo rural entre agricultores familiares da Zona Sul do município de Porto Alegre foi muito decisiva a presença dos chamados neorurais e de técnicos na introdução da atividade com posterior convencimento dos demais agricultores a se envolverem com a inovação social.*

**Palavras-chave: Desenvolvimento rural, Inovação social, Turismo rural.**

## **1. Introdução**

As transformações que se verificam nos últimos anos representam uma nova fase do progresso tecnológico e de acumulação financeira do capital. Em geral, caracteriza-se por uma busca desenfreada por economias de escala nos diversos mercados, aumento de produtividade por métodos novos, uso de novos instrumentos, e outros aspectos, os quais têm realizado profundos impactos sobre a vida econômica, social cultural e política. Ao mesmo tempo em que gera crescimento produz enormes diferenças entre as regiões e países, com conseqüências econômicas desiguais nos diversos locais de produção segundo as estruturas e sistemas produtivos. Esse fenômeno é designado na literatura como globalização.

O desenvolvimento tecnológico, como parte importante do mesmo, introduz mudanças qualitativas no processo de trabalho, em especial, nas qualificações, na divisão técnica e na organização, bem como a própria distribuição setorial do emprego, dadas as rápidas expansões e declínios de atividades econômicas. De um lado, este processo possibilitou um impressionante aumento da produção e das trocas conduzindo a uma generalização do mercado, com a comercialização de praticamente tudo. De outro, transforma antigas formas de organização do trabalho e introduz novas formas de articulação do capital e trabalho.

A nova divisão de trabalho se realiza basicamente, pela globalização dos mercados financeiros, mas também pelo ajuste estrutural das economias centrais que cria desemprego, êxodo, envelhecimento e despovoamento nas diversas regiões e não se mostra sustentável.

Segundo Cristóvão e Miranda (2005), a globalização neoliberal da economia mundial e da vida social em geral, e a pressão que ela exerce sobre os estados, os territórios e as pessoas é um forte ingrediente nas crises setoriais que se observam em muitos países nos mais diversos cantos do globo. Para estes autores, o valor central desta globalização é o crescimento da “massa monetária” e da economia, não o bem-estar social e o desenvolvimento.

Os efeitos da globalização no meio rural, levando em conta que esta tem sido dirigida pelos interesses financeiros e empresariais, podem ser vistos nos processos de abandono e marginalização, derivados da concentração de recursos em espaços considerados mais produtivos e rentáveis.

A chamada “mundialização” se “processa, todavia com grandes diferenças, de toda a natureza, e com exclusões, a exclusão dos inúteis, dos que não podem ou não querem vender as suas aptidões e a sua força de trabalho, que não têm suficiente poder de compra que interesse ao mercado” (Dolfus (1994), citado por Cavaco (2005:94).

Estas transformações atingiram todos os setores da economia e os três estados do Sul do Brasil não permaneceram imunes a elas. Assim, assistiu-se a uma tendência da concentração da produção primária que conformou uma estrutura produtiva menos diversificada, tornando o setor muito mais vulnerável considerando as tendências futuras de produção de *commodities*. A intensificação deste processo levou a uma redução das rendas dos agricultores devido ao crescimento da oferta de produtos agrícolas e a estagnação da demanda, exigindo ampliação crescente das economias de escala.

O fato é que a conjugação destes aspectos afetou principalmente os agricultores menos capitalizados envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais, ou seja, a pequena produção de base familiar, ou o segmento que se convencionou chamar de “agricultura familiar”.

Esta questão é muito preocupante na medida em que esta população é o principal grupo social com elevada proporção no conjunto populacional, em especial no meio rural, mas também porque atualmente pode contribuir para a solução do desemprego. Por isso, existe a necessidade de repensar este processo de abandono e esvaziamento populacional, social e econômico que atinge principalmente esse segmento e suas implicações para a questão do desenvolvimento regional.

Este último tem sido objeto de preocupações e de formulações de políticas públicas nos países desenvolvidos (EUA e Europa) traçando objetivos explícitos de reversão de tais tendências (Camarano e Abramovay, 1998).

A reformulação das políticas de desenvolvimento atualmente contempla a questão da dissolução de fronteiras entre o rural e o urbano. Ou seja, as fronteiras estão se tornando cada vez mais nebulosas permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial, a questão das múltiplas funcionalidades do rural onde a sua imagem tem sido, com frequência, associada a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inserção de segmentos da população rural em novas atividades.

É por isso, que Bryden apud Cristóvão e Miranda (2005) afirma que as mutações globais que afetam a sociedade são também portadoras de novas perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais. Neste contexto, o autor assinala o ganho de importância das noções de território e de identidade local e o conjunto de novas oportunidades, como acesso a novos mercados e atividades.

Entre essas perspectivas encontra-se a diversificação das atividades internas e externas à propriedade agrícola. No rol de novas atividades, surge o turismo rural, que hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural.

A capacidade de crescimento do turismo rural, como alternativa para os processos de desenvolvimento rural tem sido destacada como relativamente elevada. Segundo Simões (2003), esta tem sido uma atividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos. Ainda segundo este autor, a Organização Mundial do Turismo – OMT prevê um crescimento da ordem de 4% ao ano para o turismo internacional até o ano de 2010. O turismo rural também tem sido objeto de interesse na academia, onde se busca uma melhor compreensão dos aspectos ligados a esta atividade, como seus impactos nas famílias que a adotam e nas regiões onde ela é desenvolvida.

Também vêm sendo realizados estudos sobre em quais realidades o turismo rural se adapta e passa a ser definitivamente um vetor de desenvolvimento rural. No decorrer dos anos, desde o relato da primeira experiência que ocorreu no Brasil, em Lages-SC, no ano de 1986 (Zimmermann, 1996), estes estudos foram se intensificando, aprofundando e se especificando.

O turismo rural pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam. Existem muitas discussões e estudos realizados sobre benefícios que o turismo rural oferece às famílias, devido a algumas características que são intrínsecas à atividade, por exemplo, o resgate e a valorização cultural e do patrimônio construído (Fucks, 2005), a preservação do meio ambiente, entre tantos outros. Como se sabe, o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que pode ocorrer através de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente pode implicar em mais conforto, qualidade de vida e bem-estar.

Desse modo, este artigo tem o objetivo de descrever e analisar como a atividade turística foi introduzida e promovida entre dois pequenos grupos de agricultores familiares em dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil<sup>1</sup>.

## **2 Metodologia da Pesquisa**

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se de uma amostra não-probabilística intencional que, segundo Almeida (1989), consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte dos resultados do projeto de pesquisa que conta com apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) do Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil.

das variáveis estudadas. No presente caso, a amostra foi composta por um grupo de 7 agricultores familiares participantes do Roteiro Caminhos Rurais da Zona Sul do município de Porto Alegre e outros 6 participantes do roteiro turístico “Caminhos de Pedra”, localizado no município de Bento Gonçalves, Região Serrana do Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil.

Para a consecução do objetivo proposto por esta pesquisa, foram seguidos os seguintes passos. Primeiramente, foi realizada uma coleta de dados secundários, através de documentos que continham informações sobre os municípios, objetos diretos do presente estudo. Foram assim, sistematizadas as informações sobre os roteiros turísticos e sobre os dois municípios. As informações coletadas neste momento foram obtidas através de pesquisas na internet e através de folhetos e folders. Na *home-page* da SETUR – Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul foram encontrados documentos com a descrição de vários roteiros turísticos existentes no estado, com informações sobre ele, bem como contatos.

Em uma segunda etapa foram realizadas entrevistas com os agricultores do roteiro Caminhos Rurais, localizado na Zona Sul do Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Especificamente no caso do Roteiro Caminhos de Pedra, não foram realizadas entrevistas, mas foi feita a sistematização de informações já existentes, especialmente os resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado (Fronza da Silva, 2005).

As entrevistas, no caso do roteiro “Caminhos Rurais” ocorreram no mês de julho e agosto de 2008. Para tal, foram entrevistadas, as 7 famílias que compõem o roteiro onde se levantaram as principais informações que são apresentadas na seqüência deste artigo. Além disso, outras informações disponíveis sobre este roteiro também foram sistematizadas, especialmente uma dissertação de mestrado (Rechemberg, 2007) e um relatório de um diagnóstico realizado no ano de 1994.

### **3 A Introdução do Turismo Rural, como uma Inovação Social, nos dois Roteiros**

#### **3.1 A Experiência da Introdução do Turismo Rural no município de Bento Gonçalves**

O primeiro caso é o do roteiro de turismo rural denominado de “Caminhos de Pedra”. Este roteiro localiza-se no Distrito de São Pedro, a 12 quilômetros do Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, também na Região Sul do Brasil. Trata-se de um roteiro de 15 quilômetros de estrada que acompanha um vale, cujo rio constitui o eixo principal de povoamento. As propriedades foram implantadas perpendicularmente ao rio. Inclui 23 pontos de parada, com valiosos exemplares da rústica arquitetura colonial italiana.

Pode-se afirmar que o roteiro teve origem do encontro entre o engenheiro Tarcísio Vasco Michelin e o arquiteto Júlio Posenato. O Sr. Tarcísio é natural do próprio município de Bento Gonçalves e descende de agricultores que migraram para a cidade, onde exerceram a hotelaria entre 1944 e 1959. Graduou-se em engenharia e trabalhou até 1980, quando voltou à sua terra natal. A partir daí, passou a administrar o Hotel

Dall'Onder, de seu sogro Elias Dall'Onder. Era um período em que o hotel sediava encontros promovido por empresas e ele encantava os turistas com apresentações culturais a ponto de re-editar o extinto “Coral do Imigrante”.

Por sua vez, o arquiteto Júlio Posenato é um interessado na arquitetura da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul e defensor da preservação desse patrimônio. Entretanto, seus esforços para preservá-lo esbarraram no desinteresse do poder público e na dificuldade de encontrar uma justificativa financeira para os agricultores manterem as construções antigas.

O encontro entre ambos ocorreu em 1987. Juntos, resolveram trilhar o caminho inverso dos processos de tombamentos oficiais, vistos como a perda de autonomia dos proprietários sobre suas posses. Imaginaram o turismo rural como um meio de tornar o patrimônio arquitetônico e cultural uma fonte de renda para as famílias ou uma forma de agregar valor aos produtos que já faziam. Assim, projetavam que a preservação “privada” das construções antigas e da memória das famílias escondia uma possibilidade de ganhos para todos os moradores do município.

O primeiro passo foi o levantamento do patrimônio arquitetônico das adjacências do Município de Bento Gonçalves em busca do local mais apropriado para colocar a idéia em prática. O Distrito de São Pedro foi selecionado devido à presença dos seguintes aspectos: acervo arquitetônico de alta qualidade, numeroso, variado e íntegro com construções representativas da imigração italiana, concentrado em pequena área; acesso fácil e proximidade da cidade; abundância de água, com numerosos estabelecimentos utilizando-a como força motriz por meio de rodas hidráulicas; e uma paisagem rica em araucárias, fauna nativa e de exuberante beleza natural.

Além disso, o Sr. Elias Dall'Onder era natural de São Pedro, o que facilitou a aproximação dos dois “estranhos” com a comunidade. A escolha do local também inspiraria o nome *Caminhos de Pedra*, justificado pela quantidade de casas do tempo da imigração e pelo solo pedregoso.

A idéia do turismo inicialmente foi recebida com descrédito. A proposta causava tamanho espanto que um dos agricultores lembra ter evitado contar aos vizinhos sobre seus planos para fugir das ironias. Era difícil convencer os outros moradores, quando os próprios empreendedores desconfiavam da atividade e não dispunham de recursos financeiros nem mesmo para as providências mais imediatas.

Após meses de trabalho de persuasão dos empreendedores a proposta começou ganhar adeptos. Os primeiros gastos eram bancados pessoalmente pelo senhor Tarcísio Michelin. A procura pelas famílias mais receptivas foi um momento de encontro com os pobres da comunidade. Exatamente as pessoas com mais problemas detinham o patrimônio histórico mais importante e aceitaram as modestas propostas iniciais do projeto.

Após o estranhamento inicial, as famílias foram, pouco a pouco, ingressando na atividade porque existia um crescimento vertiginoso do interesse dos visitantes de diversas partes sendo este recebido com

orgulho e estimulando o resgate da memória local. A procura pela maneira como os imigrantes faziam as coisas resgatou costumes quase totalmente esquecidos. Tudo isso aliou-se a uma preocupação constante com a autenticidade. Dentre as razões para a adesão ao turismo a importância do aspecto financeiro na implantação é inegável. Nada mais natural para uma comunidade que atravessava um período de depressão econômica após a pujança vivida até os anos de 1970. Na verdade, essa tendência já era sentida, pois os mentores do projeto revelam ter empregado esse como o principal argumento para convencer os pioneiros. A preocupação foi respaldada pela intensa campanha de conscientização patrimonial, que encontrou um terreno fértil nos agricultores cuja propriedade representava um de seus maiores valores.

O ideal da vida sem patrão e a presença da esposa em casa foram outras motivações importantes no desenvolvimento da atividade turística.

A continuidade da atividade turística dilui o aspecto financeiro em outras razões que foram percebidas no exercício da atividade, como a preservação do patrimônio cultural que apareceu na conotação mais ampla de valorização cultural.

Atualmente a principal atividade econômica do projeto é o turismo, que viabiliza agroindústrias e estabelecimentos comerciais. As famílias podem optar por receber visitantes ou permanecer como fornecedoras de produtos nos pontos de visitação. Para não descaracterizar a vida do distrito, os moradores são incentivados a manterem a agricultura, especialmente a policultura de subsistência.

Quanto às agroindústrias, as empresas são acompanhadas pelos assessores que auxiliam na escolha do negócio mais ajustado à vocação da família e à necessidade do projeto. Decidido o segmento, segue-se a organização. As primeiras questões dizem respeito à qualidade e tradição no modo de fazer os produtos. Os fornecedores são procurados preferencialmente nas imediações, mas a qualidade é quem os determina. A comercialização conta com o apoio do Hotel Dall'Onder, que garante a compra do produto nos primeiros tempos. O próximo passo é a obtenção de recursos para os investimentos necessários. Atualmente, o investimento direto do senhor Tarcísio Michelin foi substituído pelo apoio da Associação Caminhos de Pedra.

O planejamento também inclui a articulação do discurso, o percurso dos turistas na propriedade e a decoração. O interior dos prédios mostra os instrumentos necessários para a fabricação do produto principal e outros objetos que contam a história da família e do contexto da imigração italiana.

O treinamento dos empreendedores conta com os assessores do projeto, o SEBRAE (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa) e convênios com a Itália para troca de experiências. Entretanto, o aprendizado é obtido na própria realização das atividades, como fruto da demanda dos turistas. Cada estabelecimento envolve uma série de transações com outras famílias, criando uma intrincada rede de relacionamentos.

Em relação ao perfil do turista, constatou-se que mais da metade dos turistas de São Pedro são do próprio Estado do Rio Grande do Sul que viajam principalmente em família. Esse contingente é seguido pelos turistas do Estado de São Paulo, que viajam, sobretudo em grupos, e bem atrás pelos turistas oriundos do Estado de Santa Catarina, equilibrados em grupos e família, e do Estado do Paraná, ambos pertencentes à Região Sul do Brasil, mais em grupos. A média dos grupos gira em torno de 30 pessoas e nesses casos as agências são responsáveis pela organização da viagem. A região metropolitana de Porto Alegre é o principal pólo emissor. Também a maioria das pessoas está na faixa etária de 26 a 50 anos, e possui alto grau de escolaridade.

A descrição confirma a tendência de o turismo rural atrair principalmente pessoas de locais relativamente próximos. Porém, o trabalho das agências de fora do âmbito regional demonstra sua eficácia pelo elevado número de paulistas. A vida agitada dos grandes centros desencadeando a revalorização rural, bem como o acesso fácil e rápido entre Porto Alegre e o Município de Bento Gonçalves aparece como resposta da maioria das pessoas oriundas da capital que visitam o roteiro.

Analisando o Projeto Caminhos de Pedra, percebe-se que o turismo rural não atua isoladamente, mas participa de uma confluência de forças que conduzem a comunidade entre tradição e modernidade, passado e futuro, permanência e transformação. É uma atividade que se soma ao curso anterior da comunidade onde é instalado. O turismo assume as características da comunidade, que por sua vez precisa adaptar-se a ele. Isso não quer dizer que ambos andem sempre unidos.

O primeiro exemplo dessa simbiose está no aspecto geográfico. A localização, a topografia, a forma de apropriação da terra e o tipo de agricultura são determinantes para o atrativo. Em São Pedro, a proximidade da capital facilita o acesso do maior núcleo populacional do estado, o maior pólo emissor de turistas. Por outro lado, insere o distrito no grande destino da Serra Gaúcha.

Durante a colonização, a mesma "serra" favoreceu a adaptação dos colonos pela semelhança com o relevo europeu. Gerou o isolamento e forçou a auto-suficiência por meio da produção de tudo que era necessário para sobrevivência na própria comunidade. Os agricultores sempre mantiveram habilidades e negócios aliados ao setor primário. A agricultura teve de adaptar-se às condições geográficas. O parcelamento excessivo da terra e a coabitação levaram à busca pelo maior rendimento em uma área mínima. As videiras foram adotadas como cultivo comercial para garantir a reprodução da família e manutenção econômica do patrimônio. Todavia, a crise na agricultura e o êxodo rural somaram-se à perseguição da lucratividade no contexto de busca por inovações tecnológicas para assegurar a sobrevivência das famílias.

A união desses fatores formou um ambiente profícuo para a arrojada proposta do turismo rural. A comunidade passava por dificuldades financeiras. Conseqüentemente, foi capaz de arriscar-se por novos caminhos para resgatar a prosperidade da qual o patrimônio arquitetônico era testemunha. Na chegada de visitantes, visualizou a perspectiva de escoamento da produção agrícola, a possibilidade de agregação de valor à agricultura e a sobrevivência nas pequenas áreas disponíveis.



O patrimônio arquitetônico prestou-se perfeitamente como chamariz tanto para convencer a comunidade de seu próprio valor, quanto para atrair turistas. Entretanto, dá sinais de não ser funcional quando algumas famílias intencionam transferir-se para casas mais novas e confortáveis. Apesar de manter a posição de destaque no discurso dos habitantes e assessores, hoje a arquitetura da imigração italiana divide seu espaço com outras manifestações culturais como a dança, a música, a gastronomia e os jogos. Todas demonstram capacidade de evolução e adaptação à atualidade, tornando-se cada vez mais exercidas, sobretudo durante os eventos.

### **3.2 A Experiência da Introdução do Turismo Rural na Zona Sul de Porto Alegre, RS**

A cidade de Porto Alegre tem aproximadamente 30% de sua área definida como espaço rural, sendo a segunda capital brasileira com maior área rural. Esta área rural é caracterizada pela criação de ovelhas, equinos, peixes, suínos, bovinos, búfalos, avestruzes; além de produzir frutas, hortaliças, flores e mel. Dentre os moradores deste espaço, existe um grupo de agricultoras e agricultores familiares que produzem alimentos de modo agroecológico<sup>2</sup> e os comercializa todos os sábados em uma feira de produtos ecológicos próximo ao centro da cidade. Deste modo, os estabelecimentos rurais desta região de Porto Alegre são divididos basicamente em três tipos: produção para comercialização, moradia e/ou subsistência e ainda sítios de lazer.

Um diagnóstico do meio rural do município de Porto Alegre realizado no ano de 1994 já apontava a existência de um potencial a ser explorado com serviços e atividades voltadas para o lazer e o turismo. O diagnóstico também indicava que haveria necessidade de formulação e implementação de políticas públicas específicas que pudessem contribuir para a ordenação do uso de forma a preservar o aspecto paisagístico e ambiental, garantindo o caráter de patrimônio social, valorizando, assim, as múltiplas dimensões culturais e simbólicas do convívio da população citadina com o seu meio rural (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1994).

Segundo os dados qualitativos coletados com algumas agricultoras e agricultores familiares que participam do roteiro turístico Caminhos Rurais o turismo rural começou a ser implementado envolvendo um grupo de propriedades nas visitas no ano de 2000. Antes deste período havia turistas que visitavam estas propriedades sendo que eram visitas “particulares” a uma propriedade. Na propriedade do “Tio Juca” as visitas provinham principalmente dos colégios da própria cidade de Porto Alegre trazidos por uma empresa de ônibus. Os estudantes pagavam um determinado valor a esta empresa e, em troca, conheciam a propriedade de Juca e sua família levando daí algum produto agrícola (hortaliça ou fruta) que o agricultor dispunha no momento da visita.

As primeiras visitas envolvendo um grupo de propriedades foram organizadas por estudantes. Segundo agricultoras e agricultores familiares entrevistados, uma das estudantes que mais se empenhou

---

<sup>2</sup> Sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

na realização do turismo rural em várias propriedades, estava concluindo a faculdade de turismo e fazia sua pesquisa para a conclusão do curso com estes moradores da Zona Sul de Porto Alegre. Neste período esta estudante trabalhava no Escritório de Turismo desta cidade.

Este grupo de estudantes organizou visitas inicialmente em três propriedades atualmente denominadas de “Sítio dos Herdeiros”, “Tio Juca” e “Copororoca”. Segundo agricultoras e agricultores familiares destas propriedades após estas visitas, o turismo rural passou a receber mais importância deixando de ser amador para se tornar mais profissional.

Nestes primeiros passos da introdução do turismo rural entidades como a EMATER – RS<sup>3</sup> e Escritório de Turismo de Porto Alegre passaram a auxiliar as agricultoras e os agricultores familiares através da indicação dos melhores locais de suas propriedades que poderiam ser mostrados aos turistas devido a importância cultural ou beleza natural. Além disto, neste período estas entidades fizeram uma pesquisa entre as propriedades que se localizavam na região rural de Porto Alegre e selecionaram aquelas que se caracterizavam por apresentarem alguma prática rural e/ou pelo interesse em desenvolver atividades turísticas. Ao final desta pesquisa, já no ano de 2005, foi identificado um total de 29 propriedades que se interessavam pelo turismo rural. A partir deste ano o envolvimento destas entidades também se estendeu para a capacitação de agricultoras e agricultores familiares principalmente, inicialmente na recepção dos turistas, e também através da organização de grupos de visita que normalmente eram pessoas que estavam em Porto Alegre participando de algum evento.

Com a identificação destas propriedades interessadas na realização da atividade do turismo rural, foi criado o roteiro turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre que atualmente é composto por 41 propriedades que fazem parte dos atrativos para visita. Destas propriedades, sete são de agricultoras e agricultores familiares.

Anteriormente à implantação do turismo rural nesta região a interação entre os agricultores familiares e alguns moradores desta região, se constituía basicamente com a intenção de compartilhar informações referentes a experiências na produção agrícola (novas práticas de cultivo, trocas de novas variedades de espécies de hortaliças e frutas), mas também havia o intuito de conversa para descontração e busca de informações.

Quando da implantação do turismo rural envolvendo um grupo de propriedades com o intuito da visita turística, agricultoras e agricultores familiares passam a se comunicar também com a finalidade de compartilhar informações acerca das potencialidades e possibilidades da nova atividade. Segundo depoimentos coletados na pesquisa esta comunicação, propiciava aumento de certezas e incentivos na viabilização do turismo rural para o desenvolvimento daquela região.

---

<sup>3</sup> Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Desde o início das atividades de turismo rural, agricultoras e agricultores familiares não buscaram uma padronização dos serviços e produtos oferecidos, pois, segundo eles, o interesse dos turistas era conhecer a diversidade das várias propriedades que já constituíam o roteiro. O interesse destes estava fundamentado no conhecimento de variadas experiências, práticas e produtos provenientes das diferentes propriedades que compunham a área rural de Porto Alegre.

No ano de 2006, agricultoras e agricultores familiares e alguns moradores da Zona Sul de Porto Alegre membros do roteiro turístico Caminhos Rurais resolveram fundar uma associação. A Associação Porto Alegre Rural foi fundada com o intuito de potencializar as possibilidades de concretização de suas reivindicações. A organização destes moradores para atingir objetivos em comum poderia proporcionar vantagens devido à formalidade das solicitações que no entendimento de seus membros os auxiliará para o desenvolvimento. Esta associação já obteve resultados como, por exemplo, a destinação de verbas para a confecção e distribuição de placas indicativas do roteiro Caminho Rurais. Estas placas devem ser dispostas deste o aeroporto da cidade até a região rural de Porto Alegre.

#### **4. Conclusões**

Analisando-se a implantação do turismo rural em Bento Gonçalves, percebe-se que a união de um conjunto de fatores formou um ambiente profícuo para a arrojada proposta de turismo rural. A comunidade onde a inovação social foi inserida passava por dificuldades financeiras, lembrava um próspero passado e estava propensa à introdução de atividades não-agrícolas. Consequentemente foi capaz de arriscar-se por novos caminhos para resgatar a prosperidade da qual o patrimônio arquitetônico era testemunha.

A presença de empreendedores externos, os quais podem ser denominados de neo-rurais foram fundamentais neste processo. Outro aspecto marcante é a relativa ausência e descaso do poder público em relação a introdução da inovação social, o qual, em certa medida, foi compensado pela tutela empresarial. Esse fato aponta para a necessidade de apoio externo na implantação de uma atividade inovadora para afiançar e nortear as ações da comunidade, especialmente quando imersa em um período de depressão econômica e social que ameaçava a auto-segurança. Antes mesmo de receber visitantes, cada membro do grupo precisa preparar-se para desempenhar o novo papel de empresários, prestadores de serviços. E, o principal recurso na qual se apoiaram foi através destes agentes externos citados e o desenvolvimento de suas próprias capacidades a partir do momento que decidiram ingressar na nova atividade.

No segundo caso analisado, a introdução do turismo rural não se deu de forma descontextualizada de esferas que estão localizadas externamente às propriedades e que interferem sobre as possibilidades presentes às agricultoras e agricultores familiares. Estas esferas constituem em período histórico característico e estão presentes neste caso desde a revalorização dos talentos culturais e estéticos que anteriormente eram vistos com “vergonha”, até as adequações impostas a estes moradores devido a alterações institucionais. Neste sentido, o turismo rural realizado nesta região pode ser entendido como

uma resposta contrária à especulação imobiliária que vê a região sul da capital como promissora para habitações. Trata-se de uma tentativa de manter o caráter rural desta região (Rechenberg, 2007).

Além disso, a busca de uma atividade complementar pode ser resultado também da necessidade de novas rendas devido às dificuldades a que atualmente a agricultura familiar encontra para sobreviver gerando renda através da atividade agrícola nos espaços rurais. Com a implementação de outras atividades que não somente as agrícolas, o meio rural passa a não mais ser visto somente como fornecedor de produtos primários, mas passa a fazer parte do imaginário de populações moradoras de grandes centros urbanos como um local de lazer, de qualidade de vida onde se está próximo à natureza.

No caso estudado se percebe que o interesse na introdução de um roteiro de turismo rural provém inicialmente de agentes externos (estudantes e posteriormente mediadores do desenvolvimento). Estes perceberam a particularidade que se constitui a presença de espaços rurais em uma das principais capitais do Brasil. Uma particularidade que contrasta com a intensa urbanização de alguns bairros da cidade. Além disso, se aperceberam dos valores culturais ainda presentes na culinária (pratos típicos, geléias, compotas) principalmente. Estes artefatos da culinária poderiam ser explorados para a comercialização juntamente com produtos não beneficiados das propriedades.

A disposição dos moradores das 29 propriedades que consolidaram o roteiro inicialmente é marcada pelo interesse conjunto em uma nova possibilidade de desenvolvimento. Bem como, a posterior fundação da associação é legitimada pela identificação de alguns moradores da Zona Sul da necessidade de ir além do simples conhecimento dos processos do turismo rural ali implementado, impondo mais formalidade para que sua interação com os mediadores de entidades tenha mais probabilidade de ser aproveitado.

O que se percebe então é a “capacitação” que estes moradores apresentam que os possibilitam a perceber nichos de necessidades e potencialidades. Além disso, suas “capacitações” os proporcionam interagir com os mediadores e se organizarem para sua representação melhor qualificada.

Conclui-se então que a atividade de turismo rural pôde promover um incentivo à organização das famílias, proporcionando melhores resultados em termos de obtenção de recursos e apoios para a atividade. Além disso, a organização das famílias permite um melhor relacionamento dos indivíduos entre si e uma melhoria no comportamento comunitário. A aprendizagem do trabalho em equipe e da organização entre indivíduos de uma comunidade é algo que será utilizado por toda a vida de cada indivíduo, para qualquer trabalho que seja realizado em comunidade, bem como para enfrentar as dificuldades, por exemplo, de tomada de decisões entre várias pessoas.

Através de estudos e pesquisas como esta, poderão ser apresentados dados que sirvam como instrumentos valiosos para planejamento e execução de políticas específicas que melhorem as condições para o desenvolvimento da atividade de turismo rural, proporcionando condições para que esta inovação social seja um instrumento de desenvolvimento rural.

Todavia, existe necessidade que a pesquisa seja mais ampla abrangendo um número maior de famílias, bem como a verificação destes dados em comunidades que tenham diferentes características das aqui analisadas, já que as experiências destacadas neste artigo estão localizadas em municípios de regiões econômicas das mais dinâmicas do Estado do Rio Grande do Sul e da Região Sul do Brasil.

## 5. Referências Bibliográficas

Almeida, J. A. (1989). **Pesquisa em Extensão Rural: Um Manual de Metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS.

Camarano, A. A.; Abramovay, R. (1999). **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão, n. 621).

Cavaco, C. (2005). As paisagens rurais: do ‘Determinismo Natural’ ao ‘Determinismo Político’? **Finisterra**, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XL-79, Lisboa.

Cristóvão, A.; Miranda, R. (2005). Organizações Locais e Desenvolvimento Rural. In: Cristóvão, A., Diéguez, V. C.; Baptista (coord.) **Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Fronza da Silva, M. (2005). **Turismo Rural, Agricultura Familiar e Comunidade: Bento Gonçalves (RS)**. Série Dissertações em Turismo Rural, n. 03. Santa Maria-RS: FACOS/UFSM.

Fucks, P. M. (2005) **Turismo, Agricultura e Patrimônio: São Lourenço do Sul (RS)**. Série Dissertações em Turismo Rural, n. 05. Santa Maria-RS: FACOS/UFSM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1994). **Diagnóstico do Meio Rural do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Rechenberg, F. (2007). “Vamo fala do nosso Lami”: um estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 2007. 223f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

Simões, O. (2003). Turismo em espaços rurais: um ponto de partida. In: Simões, O.; Cróstóvão, A. (org.). **Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Zimmermann, A. (1996). **Turismo Rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis.